

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento aprova LDO

Deputados autorizam projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define metas e prioridades para 2009

Os deputados referendaram por unanimidade, dia 23, o principal projeto deste primeiro semestre. O PL nº 102/2008 fixa as ações prioritárias do Executivo em 2009, demonstrando como será investido o dinheiro público.

Foi confirmado o parecer final do relator, deputado Renato Hinnig (PMDB), que, de um total de 147 emendas, acatou 79 das propostas escolhidas como prioridades nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Outras 68 emendas foram rejeitadas e a oposição criticou a metodologia. "A Assembléia, por determinação constitucional, realizou nove audiências públicas para discutir o orçamento. Cada uma das 36 Secretarias Regionais apresentou três prioridades. Optamos por contemplar todas as prioridades e rejeitamos todas as emendas de origem parlamentar. Não por censura, mas por critério adotado", explicou o relator.



Jonas Lemos Campos

Páginas 6 e 7

Deputados governistas e da oposição debatem o projeto, que contemplou as prioridades definidas nas audiências do Orçamento Regionalizado

Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul é homenageada

Carlos Kilian



Os 70 anos da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (ACIJS) foram destacados em sessão solene realizada pela Assembléia Legislativa, dia 17, no Centro Empresarial de Jaraguá do Sul. Requerida pelo deputado Carlos Chiodini, a cerimônia resgatou a trajetória de vitórias da entidade em defesa do desenvolvimento da região.

Páginas 3

Audiência pública faz radiografia do sistema carcerário em Santa Catarina

Eduardo Guedes de Oliveira



Audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública, dia 21, defendeu a ampliação do número de vagas no sistema prisional do Estado. Presente à reunião, o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, afirmou que já foram abertas 2.884 vagas pelo governo do Estado.

Página 5

Confira caderno especial "As Riquezas do Alto Vale do Itajaí"

OPINIÃO

Alto Vale: coração de Santa Catarina!

Quando me pediram que escrevesse algo sobre a região que tenho a honra de representar na Assembleia Legislativa, fiquei pensando em como faria para expressar todas as qualidades de cada uma das 28 cidades que compõem o Alto Vale do Itajaí.

Deixei isso a critério da competência da equipe do AL Notícias. Neste Caderno especial, os leitores verão que alemães, italianos, ucranianos e poloneses, além dos índios que lá já estavam, construíram em terreno fértil, agraciado por uma Natureza generosa e bela, uma estrutura que hoje orgulha Santa Catarina e o Brasil. Temos um parque industrial que exporta para todo o mundo produtos de reconhecida qualidade. Nossa estrutura agrícola, sustentada por uma agricultura familiar sempre fomentada por ações que levam ao nosso produtor técnicas e tecnologias capazes de agregar renda, com

uma qualificação cada vez maior do que é produzido. Nossos produtos estão na mesa de outros estados e de outros países. Uma de nossas cidades – como os leitores verão no material produzido pelos profissionais da Casa – é campeã mundial na produção de arroz irrigado.

Nossas indústrias de confecções e metal-mecânica se destacam no contexto nacional e internacional. Temos uma localização geográfica estratégica. Temos três reservas ecológicas – uma delas Federal – e um Centro de Referências em Estudos Ambientais.

A história que o Alto Vale constrói a cada dia é a própria história de Santa Catarina, um estado singular no território brasileiro: economia forte, agricultura da melhor qualidade abrigada em pequenas e médias propriedades, indústria diversificada, educação qualificada, cultura rica, diversificada e muita criatividade em apenas 1% do es-

paço geográfico do Brasil.

O papel do Alto Vale – que gosto de imaginar como o coração de Santa Catarina, até pela sua posição geográfica – é de fundamental importância para o estado e por isso exige uma luta constante por mais recursos e mais qualidade de vida para o nosso povo.

Por isso, lutamos pela duplicação da BR-470, já assegurada pelo Governo Lula; queremos reativar a estrada de ferro, tornando o corredor Atlântico-Pacífico uma realidade; queremos um Centro de Oncologia em nosso Hospital Regional de Rio do Sul, para o qual já existem recursos no orçamento estadual – R\$ 500 mil de emenda de minha autoria acatada pelo governador, mas até agora sem execução – e federais. Vamos dar ao Alto Vale o tratamento que merece!

Deputado Jailson Lima da Silva (PT)

A agricultura e a necessária preservação ambiental

A descentralização administrativa que o governo estadual empreende, desde 2003, tenta dar ao homem do campo melhor condição de vida, aproximando o Estado do cidadão e incentivando a tecnificação das lavouras, com o apoio crescente da assistência qualificada de órgãos governamentais, mantendo sempre o foco na questão ambiental.

Neste sentido, profissionais e técnicos na área de alimentos apresentaram resultados preocupantes de análises realizadas em amostras de nove produtos in natura cultivados em Santa Catarina. Uma das conclusões é que o morango foi apontado como a cultura mais contaminada por agrotóxicos, seguido do alface e do tomate.

O trabalho consistiu na avaliação dos níveis de resíduos de 10 amostras de cada alimento. Resultados insatisfatórios alertam para o possível surgimento de

danos à saúde da população, com a superação de limites máximos de agrotóxicos estabelecidos pela legislação, ou não autorizados para aquele determinado alimento.

Na condição de agrônomo, reputo que este tema é de grande importância, tanto para o meio rural como o urbano, pois o excesso de agrotóxico compromete a saúde de quem o aplica e do consumidor final, além de degradar o meio ambiente. Olhares cada vez mais atentos buscam produtos certificados com origem identificada e por alimentos da época, que tenham passado por procedimentos de lavagem, o que reduz o agrotóxico presente na superfície.

Já está em andamento um trabalho institucional visando conscientizar o produtor rural no cultivo de produtos, para que atenda as boas práticas agrícolas, em ações desenvolvidas através do Programa de Análise de Resíduos

de Agrotóxicos em Alimentos, coordenado pela área de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Recentemente a Epagri também abriu curso profissionalizante sobre arroz irrigado para produtores de todo o Estado, em sua Estação Experimental localizada em Itajaí, onde além de instruções práticas e teóricas sobre o cultivo foi abordada também a questão da segurança na aplicação de agrotóxicos.

São procedimentos necessários para preservar mananciais hídricos essenciais à agricultura e ao próprio futuro do homem. Próprios de um momento em que o catarinense já está atento a questões como a preservação do lençol freático e do Aquífero Guarani, nossa grande reserva de água doce para o futuro.

Deputado Rogério "Peninha" Mendonça (PMDB)

Livro sobre água é apresentado em plenário

Eduardo Guedes de Oliveira



Beate Frank, Maria Izabel com a deputada Ana Paula Lima

Graziela May Pereira

O livro "O movimento das águas", idealizado pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Itajaí, foi apresentado no dia 22, na Assembleia Legislativa, durante a sessão ordinária. A obra trata da construção de uma política sustentável de proteção da água no Vale do Itajaí e fala da experiência do Projeto Piava.

A obra foi apresentada a pedido da presidente em exercício, deputada Ana Paula Lima (PT), membro representante do Legislativo no comitê do Itajaí. Cada deputado recebeu um exemplar do livro da presidente do comitê, Maria Izabel Pinheiro Sandri, e da coordenadora do Projeto Piava, Beate Frank.

O livro resgata o envolvimento da comunidade regional com o rio Itajaí e traz um relato sobre os dois primeiros anos do Projeto Piava. "Este livro reúne informações, fotos e histórias sobre a cultura hídrica regional, apresentando os resultados do Projeto Piava", disse Maria Izabel.

Segundo a presidente do

comitê, o trabalho reflete o resultado da participação ativa de uma parcela da população do Vale do Itajaí. "Lutamos por uma política sustentável de proteção da água, permitindo, assim, que seja concebido e implantado o gerenciamento integrado e participativo da bacia hidrográfica", completou.

Conforme a coordenadora, a obra é uma iniciativa do Comitê do Itajaí, que tem o apoio da FURB e integra o Programa Petrobras Ambiental. "É um trabalho conjunto de todas as pessoas que se envolveram nas ações do Projeto Piava, nos 52 municípios da bacia do Itajaí, e que foram carinhosamente apelidadas de "piavinhas", falou Beate.

Projeto Piava

O Projeto Piava foi executado entre 2005 e 2007 e recebeu patrocínio da Petrobras para mais dois anos. O modelo exitoso da construção de uma política de proteção da água será estendido agora às bacias do Araranguá e do Urussanga. A nova etapa começou dia 2 de junho e seguirá até maio de 2010.

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Requerida e presidida pelo deputado Carlos Chiodini, cerimônia reuniu autoridades e lideranças da região no auditório do Centro Empresarial de Jaraguá do Sul

Parlamento destaca 70 anos da ACIJS

Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul atua no desenvolvimento sustentável da economia da região

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa prestou homenagem à Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (ACIJS) por seus 70 anos de atuação no desenvolvimento econômico sustentável da região. Por sua representatividade e associativismo, a entidade tornou-se referência. Requerida pelo deputado Carlos Chiodini (PMDB), a sessão solene foi realizada, dia 17, no Centro Empresarial de Jaraguá do Sul (Cejas). Atualmente, a ACIJ tem 1.150 associados, sendo que 48% são empresas prestadoras de serviços, 26% são indústrias e 26% do comércio. A principal bandeira da instituição continua sendo a duplicação da BR-280.

Rosimeire Vassel (PCdoB), prefeita em exercício de Jaraguá do Sul, lembrou que a instituição sem fins-lucrativos originou-se na luta pelo atendimento das necessidades das indústrias e comércio do município, em 22 de julho de 1938. Desde então, tem recebido menções e honrarias por envolver, de forma harmônica, a iniciativa privada, o terceiro setor e os órgãos públicos em prol do desenvolvimento local. "Quero agradecer, em nome do município, a todos

os homenageados. Fico feliz porque vocês fazem a diferença na nossa cidade e fizeram com que todos fossem valorizados como pessoas", disse.

Jackson Bretzke, presidente da ACIJS, destacou que a história da associação se confunde com a do município, que já começou com indústrias. Os dois comemoram aniversário em julho. Para ele, a homenagem é o reconhecimento do Legislativo catarinense por tudo o que a ACIJS fez pela sociedade, como o asfaltamento da BR-280. "A nossa cobrança é sempre colaborativa e cooperativa em busca do que achamos importante para Jaraguá do Sul", emendou

Conforme Bretzke, a vontade de lutar pelo bem-estar de todos é uma característica de todos os presidentes. "Temos que trabalhar para que a nação inteira se desenvolva. Gostaria de pedir ao deputado Carlos Chiodini e aos demais políticos que promovam a melhoria de vida ajustando a máquina pública e reduzindo custos. Queremos construir um país mais justo. Não é que não queremos pagar impostos, ao contrário, queremos que mais pessoas paguem e cabe a vocês deixar a arrecadação mais consciente", cobrou.



Presidente da entidade, Jackson Bretzke, recebe placa de deputado

Duplicação da 280 é prioridade

Na sessão solene, deputado Carlos Chiodini lembrou que a ACIJS é um instituição associativista que busca em conjunto, nos mais diversos setores, a realização dos anseios de toda a região. "Nos deparamos hoje, como em todos os momentos da associação, com duas bandeiras: a duplicação da BR-280, fundamental para o escoamento do que é produzido na região do Vale do Itapocu, e a reforma tributária, que já deveria ter acontecido há muito tempo", ressaltou.

Chiodini mencionou que é importante pensar no futuro

da instituição. "Vamos para a frente, sim, com as mesmas lutas e os mesmos ideais", finalizou. Também participaram do evento a presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Maristela Menel Roza, o secretário de Desenvolvimento Regional, Lio Tironi, o representante da Polícia Militar, Major Amarildo de Assis Alves, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Jaraguá do Sul, João Batista Vieira, e o presidente da Associação das Micros e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu, Custódio Vieira da Costa.

Homenageados

- Alidor Luerds
- Arnoldo Schmit, in memoriam
- Arthur Breithaupt, in memoriam
- Bruno Breithaupt
- Christiane Hufenussler
- Décio da Silva
- Eduardo Ferreira Horn, in memoriam
- Eggon João da Silva
- Flávio Orlando Rubini, in memoriam
- Gerhard Arthur Marquart, in memoriam
- Gilmar Antônio Moretti
- Henrique Reis Bergan, in memoriam
- Jackson Bretzke
- Oswaldo Pereira
- Paulo Luiz da Silva Mattos
- Paulo Rubens Obenaus
- Paulo César Chiodini
- Pedro Donini
- Roberto Breithaupt
- Rodolfo Francisco Hufenussler
- Rubens Nicoluzzi, in memoriam
- Sigolf Schunke
- Vicente Donini
- Waldemar Grubba, in memoriam
- Waldir Octavio Rubini
- Wolfgang Weege, in memoriam

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Na audiência, comunidade e entidades ligadas ao turismo de aventura se manifestaram com faixas em defesa da preservação do Bacia do Rio Cubatão

Reunião técnica vai avaliar impacto de PCHs no Rio Cubatão

Objetivo é esclarecer dúvidas em relação à instalação de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas, que tem acirrado ânimos na região de Santo Amaro e Águas Mornas

Scheila Dziedzic

A futura instalação de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na Bacia do Rio Cubatão, abrangendo áreas dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, tem provocado grande tensão entre os empreendedores do projeto e a comunidade local. Para auxiliar na busca de uma solução, será realizada uma reunião técnica, a ser organizada pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), para esclarecer as dúvidas num período de 90 dias.

A decisão foi tomada ao final da audiência pública realizada dia 23, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Santo Amaro, por

iniciativa da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, cuja presidência cabe ao deputado Décio Góes (PT). Após a audiência com a Fatma, serão expostos nas prefeituras de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, pelo período de 45 dias, o projeto técnico e os estudos ambientais que geraram a licença prévia à empresa que vai implantar as PCHs. Desta forma, a população das duas cidades poderá dirimir dúvidas. Mesmo assim, na segunda quinzena de novembro a Fatma poderá organizar nova reunião técnica para verificar se existe ainda algum ponto não compreendido, dando a devida explicação.

A divergência existente entre

moradores e a empresa paulista Adiplam, proprietária da área onde podem ser instaladas as PCHs, resulta do conflito de interesses e da pouca informação sobre o que são as Pequenas Usinas Hidrelétricas. Em 2004, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu uma licença prévia à Adiplam, mas as obras não puderam ir adiante pois houve grande mobilização da comunidade, principalmente de entidades ligadas ao turismo de aventura.

Documento

O representante da Adiplam na reunião, Antônio Munhoz,

informou que os recursos a serem aplicados na obra serão privados e a energia produzida seria vendida para a Celesc ou diretamente a indústrias. Ele contextualizou a necessidade que o país tem de produção de energia elétrica, para não entrar novamente em crise e enfrentar novos apagões, e também ao fato de que as PCHs causam menor impacto ambiental frente às conhecidas transformações causadas pelas grandes usinas hidrelétricas. Além da rápida construção e efetiva produção. Munhoz diz que a produção de energia irá reforçar a rede de Santo Amaro e Águas Mornas, bem como seu parque industrial.

Entidades saem em defesa do ecoturismo

Entidades representativas do turismo, como a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura e o Grupo de Trabalho Permanente do Trade Turístico, manifestaram, através de documentos, posição contrária à construção das usinas. Argumentam que Santa Catarina é um dos estados que mais recebe atenção no contexto turístico.

Eles entendem que a região do Vale do Rio Cubatão tem especial importância neste setor, desenvolvendo diversas atividades a partir do turismo, principalmente com a prática de rafting (modalidade de esporte radical), com a agregação de valores e geração de renda para a comunidade local. A manutenção desta atividade prescinde da preservação dos ambientes naturais.

A Associação Brasileira lembra, no documento, que a região de Santo Amaro da Imperatriz recebe em média 10 mil turistas ao ano para a prática de esportes radicais como rafting, vôo livre e caminhadas, faturando cerca de R\$ 1,5 milhão. Empresários do setor de turismo se uniram nos últimos meses contra o projeto. "As Pequenas Centrais Hidrelétricas estão migrando em peso para Santa Catarina e pretendem transformar o Rio Cubatão do Sul em um canteiro de obras", alerta o empresário Eleazar Garbelotto.

Em desagravo, o Grupo de Trabalho do Trade alerta para a importância de preservar o último rio da vertente leste onde a prática de rafting e canoagem em ambientes naturais (sem barramentos) ainda é possível ser feita.



Por iniciativa da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, polêmica em torno das PCHs foi discutida em audiência pública realizada em Santo Amaro

INSTITUCIONAL

Audiência pede mais vagas em presídios

Comissão de Segurança Pública promove reunião para fazer diagnóstico do sistema prisional no estado

Eduardo Guedes de Oliveira



Autoridades participam da reunião realizada para tratar dos problemas de superlotação e de infra-estrutura enfrentados pelo sistema carcerário em Santa Catarina

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, realizou audiência pública, dia 21, para discutir a atual situação dos presídios catarinenses. Depois de quatro horas de reunião, a necessidade de novas vagas foi defendida como ponto crucial para a segurança pública em todo o estado. As atividades laborais e sócio-educativas dos detentos, o orçamento e o investimento dos governos estadual e federal, e a situação dos agentes prisionais e demais servidores da segurança pública do estado também foram debatidos. No encontro, o secretário de Estado da Segurança Pública (SSP), Ronaldo Benedet, apresentou dados sobre investimentos.

O proponente da audiência e presidente da comissão, deputado Dirceu Dresch (PT), lembrou que o

encontro foi requerido para discutir a superlotação e os problemas de infra-estrutura. Ele fez questão de salientar que o requerimento proposto a audiência foi feito antes da fuga na unidade prisional mais conhecida como Cadeião do Estreito, em Florianópolis, quando 43 detentos escaparam dia 13. "O relatório final da CPI Carcerária da Câmara dos Deputados apontou que a crise no sistema carcerário não acontece somente em Santa Catarina, mas no país inteiro", destacou. "Este foi o real motivo para a reunião."

Mutirão

Para a presidente da Casa em exercício, deputada Ana Paula Lima (PT), o debate traduz a preocupação de toda sociedade. Ela sugeriu que um mutirão seja feito pelo Judiciário para analisar os processos e propiciar a progres-

são de regime aos presidiários que já têm direito. "Quando isto acontecer o número de detentos vai diminuir. Queremos a ressocialização dos apenados e o aumento do número de funcionários, bem como a sua adequada capacitação", emendou.

As duas fugas que aconteceram no presídio de Tubarão - em uma delas seis pessoas foram feitas reféns por dois dias - foram comentadas pelo deputado Jares Ponticelli (PP). Segundo ele, a construção de um presídio, em outro local, é fundamental para a segurança da população.

O líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, acrescentou que a situação dentro das 35 unidades prisionais é desumana e que os servidores da segurança pública não recebem o tratamento que lhes é devido. "Precisamos pensar na condição dos servidores públicos concursados."

Benedet destaca abertura de 2.884 vagas

O secretário Ronaldo Benedet afirmou que foram abertas 2.884 vagas nos presídios do estado. Foram ainda concluídas as penitenciárias de São Pedro de Alcântara, Joinville e Criciúma.

Benedet enfatizou que o sistema prisional estava defasado e que, mesmo com estes investimentos, é necessária a construção de uma unidade para apenados do regime semi-aberto. Sobre a situação do presídio de Tubarão, ele alegou que o governo

encontra dificuldades para a sua implantação devido à resistência do próprio município. "O Estado já se comprometeu em comprar o terreno e mesmo assim a sociedade é contra a implantação do novo presídio", contou.

O desembargador Anselmo Cerello, representando o Poder Judiciário, apontou a educação como ação para controlar a criminalidade no país. Para Mário Antonio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores

em Serviço Público (Sintespe), o sistema carcerário é o reflexo da ausência de políticas públicas permanentes.

Mário apresentou, um documento, fruto de visitas às unidades prisionais de todo o estado. No texto, foram apontadas as dificuldades constatadas. Entre elas, a precarização do sistema, a convocação de aposentados da Polícia Militar para trabalhar como agentes prisionais, e a tendência de privatização do sistema.

Veto de São Pedro preocupa SSP

A região de Grande Florianópolis é um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria de Segurança Pública. O município de São Pedro de Alcântara não aceitou que a nova unidade de triagem de presos seja construída junto ao presídio.

"Espero que a audiência sirva para sensibilizar as autoridades para buscar, em conjunto, a solução para este problema, sem levar em conta bandeiras partidárias. Somos obrigados a tirar os presos do Cadeião do Estreito até abril de 2009", relatou. Benedet pediu ajuda aos parlamentares. "Precisamos encontrar uma solução. Talvez uma lei que autorize o Executivo a determinar o local onde será construída a cadeia pública, seguindo os requisitos legais", sugeriu.

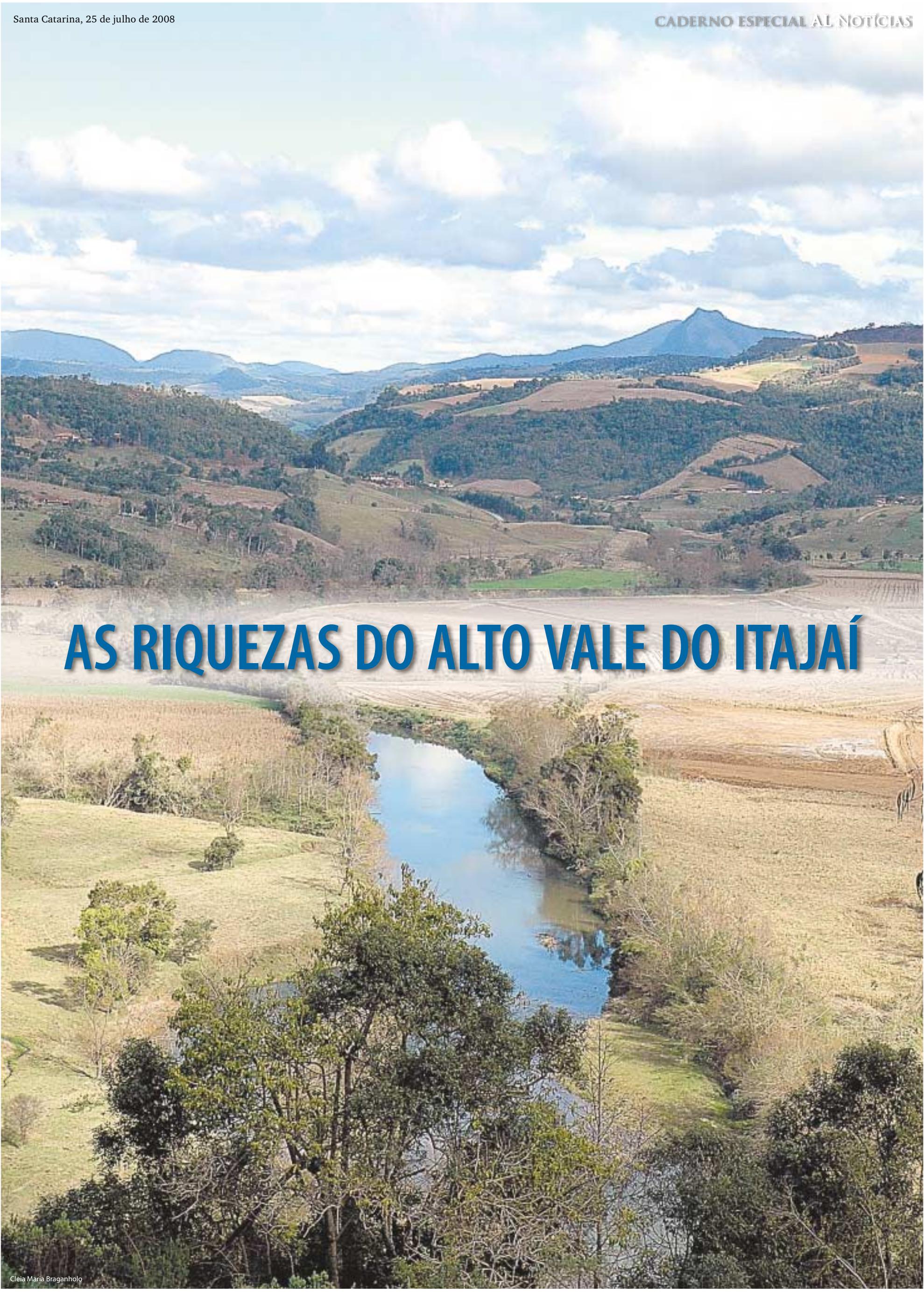
Presente à audiência, o prefeito de São Pedro, Ernei José Stahelin (PMDB), solicitou que seja excluído do nome da penitenciária o nome do município. "Ela denigre a imagem do nosso município. A nossa sugestão é que a Lei de Execuções Penais seja cumprida, pois ela prevê que em todas as sedes de comarca tenha uma cadeia pública para absorver os que são presos temporários", defendeu o administrador.

Diante das dificuldades, o secretário executivo da Justiça e

Cidadania do governo do Estado, Justiniano Pedroso, lembrou que o sistema prisional é uma das prioridades do governo. "Nunca um governo investiu tanto em número de vagas. É importante que vocês vejam que foram abertas mais de 2,8 mil vagas. O governo também investe na valorização do agente prisional e o número de efetivos quase dobrou. Eles recebem um salário próximo dos R\$ 2 mil. Não é o ideal, mas não é desprezível", considerou.

Justiniano questionou o relatório da CPI carcerária. "Os parlamentares federais visitaram apenas duas unidades prisionais do estado e retrataram o sistema prisional catarinense", criticou.

Por sugestão dos deputados Sargento Soares e Dirceu Dresch, foi definido que, a cada 15 dias, um Grupo de Trabalho deverá se reunir com a Comissão de Segurança para discutir assuntos referentes ao sistema carcerário. O petista ainda sugeriu que a comissão visite os presídios, principalmente os de Blumenau e Tubarão. Além disso, solicitou que as equipes técnicas das secretarias de Segurança e de Justiça encaminhem projetos que levem a solução do problema para serem analisados pelo Grupo de Trabalho.



AS RIQUEZAS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Conheça os 28 municípios do Alto Vale do Itajaí

Com 249,6 mil habitantes, representando 4% da população catarinense, os 28 municípios que integram o Alto Vale do Itajaí contribuem para geração de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Rio do Sul é a maior cidade, com cerca de 50 mil habitantes, e responde por 26,29% da economia da região, sendo pólo de compras, confecção, produção metal-mecânica e também de fumo.

Agrolândia: Imigrantes alemães foram os primeiros povoadores de Agrolândia. Um rio que formava curvas semelhantes às da tromba de uma anta deu origem ao primeiro nome ao distrito: Trombudo Alto. O nome Agrolândia, que significa "cidade agrícola", surgiu em 1962. População - 8.275 habitantes.

Agronômica: O município tem a maior produtividade em arroz irrigado do mundo, com 10,6 toneladas por hectare. População: 4.255 habitantes.

Atalanta: Fundada em 1964 e colonizada por italianos e alemães, sempre teve caráter agrícola. Há 15 anos, a APREMAVI, uma organização não-governamental, ajuda a recuperar as suas matas ciliares desmatadas por longos anos. População: 3.429 habitantes.

Aurora: O primeiro colonizador a chegar na localidade foi o alemão Otto Wehmuth, em 1910. Os colonos denominaram o lugar de Lautembarch e somente em 1943 o nome foi trocado para Aurora. A principal fonte de renda continua sendo a agropecuária. População: 5.474 habitantes.

Braço do Trombudo: Com economia baseada na agricultura e agropecuária, o município é também atração no turismo com cachoeiras com 30 metros de altura e o hotel com águas sulfurosas. População: 3.187 habitantes.

Chapadão do Lageado: A cidade pertenceu a Ituporanga até 1995, quando se tornou independente. De colonização alemã, a cidade surge como uma nova alternativa de turismo rural e ecológico. População: 2.500 habitantes.

Dona Emma: Pequenas propriedades rurais e agricultura de subsistência caracterizam o município. População: 3.309 habitantes.

Ibirama: Rios com ótimas corredeiras para praticar o rafting, cultura indígena e alemã, fábrica de brinquedos educativos de madeira, trilhas ecológicas, paisagens exuberantes e hospedagem com atendimento personalizado. Opções de turismo não faltam em Ibirama. População: 15 mil habitantes.

Imbuia: Os primeiros colonizadores eram imigrantes alemães e chegaram a Imbuia em 1930. Na época, o local - uma imensa floresta de imbuias - se chamava Chapadão do Rio dos Bugres e atraiu os colonizadores

pela abundância de madeira. Sedia a Festa Estadual do Milho-Verde, principal evento do município e sua gastronomia. População: 5.235 habitantes.

Ituporanga: Capital Nacional da Cebola, Ituporanga abastece 12% do mercado brasileiro e exporta cerca de 2 mil toneladas para a Europa. Colonizada a partir de 1912, a localidade já se chamou Generosópolis e Salto Grande. Posteriormente Ituporanga, que é "salto grande" em tupi-guarani. População: 19.492 habitantes.

José Boiteux: Colonizado por alemães, tem como destaque a Barragem Norte, inaugurada em 1992, com capacidade para 358 milhões de metros cúbicos de água, que é uma atração turística do município. População: 4.589 habitantes.

Laurentino: A topografia acidentada

rani significa "buraco". Em 1962, com a emancipação do município, recebeu o nome de Petrolândia devido aos três poços de petróleo perfurados pela Petrobrás. População: 6.413 habitantes.

Pouso Redondo: O nome Pouso Redondo veio com os tropeiros que levavam gado do Planalto Serrano para a região de Blumenau. Destaca-se pela indústria cerâmica, que produz os melhores tijolos e telhas do Brasil. População: 12.182 habitantes.

Presidente Getúlio: De colonização suíça, italiana e alemã, a cidade é conhecida como Vale das Cachoeiras pelas inúmeras quedas d'água. Presidente Getúlio se destaca pela qualidade de vida. Uma das atrações da cidade é a Festa Estadual do Leite, onde acontece o famoso Concurso Nacional de Tomadores de Leite a Metro. População: 12.525 habitantes.



da cidade revela belas paisagens. A fauna e a flora da região são ricas. Numa área ainda intocada de Mata Atlântica ainda existem madeiras nobres como canela-preta, sassafrás, peroba, cedro e angico, além de diversas espécies de aves. População: 5.062 habitantes.

Lontras: Destaca-se pela agricultura e criação de aves, suínos e gado leiteiro. Cerâmicas e olarias utilizam a argila do próprio município, cujas indústrias incluem móveis, marcenaria, funilaria, fundição de alumínio e confecções. Também se extrai o cristal, que é exportado. População: 8.372 habitantes.

Mirim Doce: O município vive da agricultura, principalmente do cultivo do arroz, e as cooperativas Mirim Doce e Voltapinho são responsáveis pelo beneficiamento do cereal, que responde por 95% da economia do lugar. População: 2.744 habitantes.

Petrolândia: Cercado de serras, o local foi batizado de Perimbó, que em tupi-gua-

Presidente Nereu: A colônia teve diversos nomes: Vila D'Alva, Gaspar, Brusque Nova, Santa Rita, Boa Esperança e Naufrágio, Nilo Peçanha e Taquá. Quando o município foi criado, em 1961, finalmente recebeu o nome atual - uma homenagem a Nereu Ramos, o único Presidente da República nascido em Santa Catarina. População: 2.303 habitantes.

Rio do Campo: Em 1929 chegaram os primeiros imigrantes italianos, e mais tarde os alemães, portugueses e poloneses. Após pertencer a Blumenau, o local já fez parte de Rio do Sul e de Taió, do qual se emancipou em 1961. População: 6.522 habitantes.

Rio d'Oeste: Italianos da cidade de Trento foram os primeiros colonizadores do município e tiveram suas tradições preservadas nas festas paroquiais, em que não faltam comidas típicas e danças folclóricas. População: 6.729 habitantes.

Rio do Sul: Situada no Alto Vale do

Itajaí, Rio do Sul integra a Rota das Compras, recebendo milhares de turistas nos centros de venda das inúmeras fábricas da cidade. Chamada inicialmente de Bela Aliança, a localidade emancipou-se em 1912 e transformou-se em município em 1930, desmembrando-se de Blumenau. População: 50 mil habitantes.

Salette: Foi colonizada em 1925, por imigrantes italianos e alemães. Com o nome de Ribeirão Grande, pertenceu a Taió até 1961, quando se tornou independente. O nome é uma homenagem a Nossa Senhora da Salette, cuja imagem foi colocada num seminário construído pelos padres no Morro da Salette, em 1937. População: 7.164 habitantes.

Santa Terezinha: Antes da chegada dos colonizadores, em 1910, viviam na região cerca de 150 mil índios botocudos. O encontro dos nativos com os imigrantes poloneses e ucranianos foi sangrento. A emancipação político-administrativa aconteceu em 26 de setembro de 1991. População: 8.826 habitantes.

Taió: Taió, em tupi-guarani, significa "morro grande", característica de uma das cidades italianas de onde vieram os imigrantes. A indústria de beneficiamento de madeira e o parque industrial moveleiro mantêm o crescimento da arrecadação no município há 10 anos. População: 16.261 habitantes.

Trombudo Central: Um alemão e um italiano foram os primeiros a chegar em Trombudo Central: Emílio Graubner e Ernesto Prada. A origem do nome Trombudo deve-se ao encontro dos rios do lugar, que forma a figura de uma tromba. Em 1933 tornou-se distrito de Rio do Sul, que dois anos antes havia se emancipado de Blumenau. População: 5.767 habitantes.

Vidal Ramos: Os colonizadores chegaram à região por volta de 1920, atraídos pelas terras férteis e abundantes em caça e pesca, quando Vidal Ramos ainda fazia parte de Brusque. Elevada a município em 1957, a cidade já se chamou Adolfo Konder, entre 1928 e 1930, quando adotou o nome atual. População: 6 mil habitantes.

Vitor Meireles: A cidade possui a maior reserva de araucárias do País, com mais de 8 mil pinheiros nativos, alguns com mais de 200 anos de idade. Emancipou-se de Ibirama em 24 de abril de 1989. Tem como principal atividade o cultivo de fumo em pequenas e mini-propriedades. População: 5.500 habitantes.

Witmarsum: Witmar seria o nome do fundador da religião menonita e "sum" significa jardim. Mais tarde chegaram os italianos. Quando Presidente Getúlio se desmembrou de Ibirama, Witmarsum passou a pertencer ao novo município, tornando-se independente em 1962. População: 3.200 habitantes.

Rio do Sul lidera qualidade de vida

Programa de saúde bucal coloca município nos patamares preconizados pela Organização Mundial de Saúde

Entre os 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul é destaque em qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração longevidade, renda e educação, aponta a cidade, com seus 56 mil habitantes, no topo da escala, que tem em outra ponta Vitor Meireles, com 5.500 habitantes. Rio do Sul aparece em 36º lugar no ranking catarinense. Vale destacar que o le-

vantamento mais recente realizado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) data de 2000.

Coração financeiro da região, o município foi colonizado por alemães e italianos, que deixaram as marcas do empreendedorismo na economia. São mais de 400 indústrias, 1.300 empresas comerciais, 1.882 prestadoras de serviço e 18 empresas de ativida-

des primárias.

Com uma economia promissora alavancada pelo setor metal-mecânico e de confecções, Rio do Sul trabalha para garantir bons serviços a sua população, que registra crescimento anual de 1,96%. Com expectativa de vida de 76,02 anos, no município 87,5% da população tem cobertura do Programa Saúde da Família. Para melhorar a qualidade de vida da Terceira Idade, foi implantado

o Programa de Atenção ao Idoso priorizando as consultas para esse grupo e ampliando o número de atendimentos.

O cuidado com a saúde bucal das crianças também é destaque. A partir de 1990, parceria do Departamento de Odontologia do município com a rede de ensino adotou a prevenção de doenças bucais como meta. Foram 18 anos de trabalho que renderam ao município a condição de des-

taque, figurando entre os que mais investem em saúde bucal no estado e no país. Números que colocam a cidade nos patamares preconizados pela Organização Mundial de Saúde.

Em 1992, a incidência de cáries era de 6,32 por criança de até 12 anos. Hoje, o número fica em 0,8. Na educação, o destaque fica com o projeto Escola Modelo (Escola em Tempo Integral), que está retirando crianças das ruas.

Fotos: Cleia Maria Braganholo



Com economia diversificada, Rio do Sul, coração financeiro do Alto Vale do Itajaí, é destaque em programas na área da saúde, educação e na atenção à terceira idade

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Rio do Sul

Município	IDH municipal, 2000
Rio do Sul	0,827
Ibirama	0,826
Laurentino	0,825
Trombudo Central	0,818
Aurora	0,812
Agronômica	0,811
Presidente Getúlio	0,81
Taió	0,809
Witmarsum	0,807
Salete	0,8
Rio d'Oeste	0,799
Braço do Trombudo	0,799
Rio do Campo	0,797
Dona Emma	0,794
Mirim Doce	0,79
Pouso Redondo	0,786
Lontras	0,777
Presidente Nereu	0,774
José Boiteux	0,771
Vitor Meireles	0,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Vitor Meireles investe na renda

O pequeno município de Vitor Meireles, com pouco mais de 5.500 habitantes, trabalha para reverter a última posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Alto Vale do Itajaí. O levantamento mais recente data de 2000, quando a cidade ainda estava em fase de instalação, já que foi fundada em abril de 1989.

De lá pra cá, muita coisa mudou, a começar pelo acesso ao município: a Rodovia Prefeito Pedro Fossa, continuação da SC-421, teve seus nove quilômetros asfaltados e inaugurados em

abril deste ano. Além de facilitar a vida dos moradores, a melhoria começa a render frutos na economia. Uma empresa de grande porte do ramo de compensados estuda a possibilidade de se instalar na cidade, gerando novos postos de serviço.

De base econômica voltada à agricultura, especialmente à cultura do fumo, a renda da população também tem crescido com incentivos públicos para expansão da citricultura, piscicultura e apicultura. Os investimentos começaram em 2000 através de uma parceria da administração municipal com a Epagri.

Na educação, Vitor Meireles figura em quinto lugar entre os 28 municípios do Alto Vale e 72º no estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina resultados da Prova Brasil com o Saeb. São 100 crianças na educação infantil e 400 matriculadas de 1ª a 4ª série na rede municipal. O transporte escolar é uma realidade para 1.200 crianças, que moram pelo menos 25 quilômetros da escola. Com expectativa de vida de 70 anos, a população conta com assistência médica num hospital de pequeno porte, que realiza pequenas cirurgias.



Com 5.500 habitantes e expectativa de vida de 70 anos, município tem base econômica na agricultura, com destaque para a cultura do fumo



Foto divulgação Epagri

Enquanto a média é de 3.500 quilos por hectare, em Agrônômica o rendimento é de 11.500 quilos por hectare plantado, uma marca mundial

Agrônômica, a Suíça em produtividade de arroz

Agrônômica tem a maior produtividade mundial de arroz irrigado. Isso significa em outras palavras que o município registra o maior rendimento médio por hectare plantado. A produção é de 11.500 quilos por hectare, muito acima dos 3.500 quilos convencionados para essa área.

Números que resultam de um trabalho árduo e metódico através de uma parceria firmada pela Epagri com o pequeno produtor. "Nosso produtor tem dedicação pelo que faz. O arroz exige cuidado e manejo. O solo precisa ser preparado, ter bom nivelamento. Quando a planta é pequena, exige mais cuidados que uma criança. Há agricultor que vai duas vezes ao dia ver a muda", afirma o técnico agrícola da Epagri em Agrônômica, Olímpio de Paula.

A cultura do arroz faz parte da

tradição trazida pelos imigrantes italianos. Segundo a Epagri, são 54 produtores em atividade, respondendo pelo cultivo de 360 hectares. "Não temos tradição em quantidade final, mas em produtividade por hectare", esclarece Olímpio.

O município se destaca na produção de sementes de arroz de qualidade muito acima da média nacional. Por conta dos atributos, ela é comercializada para todos os estados brasileiros e exportada para o Paraguai, Argentina e Bolívia. "É nosso orgulho. A produção começou em 2.000 e hoje representa 50% do total", estima Olímpio de Paula, que leva, através da Epagri, a experiência e o conhecimento de Agrônômica para municípios vizinhos de Laurentino, Trombudo Central, Laurentino, Rio do Oeste e Lontras.



Foto divulgação Epagri

Município se destaca na produção de sementes, exportadas para América do Sul

Desafios

As perspectivas da economia da região são as melhores possíveis, na avaliação do presidente da ACI de Rio do Sul, Lino Rohden, que lamenta, no entanto, a falta de mão-de-obra qualificada em muitos municípios. Rohden defende a flexibilização das leis, de maneira a permitir o ingresso mais cedo do jovem no mercado de trabalho.

"O jovem aos 16 anos está pronto para trabalhar, mas a lei impede que isso aconteça", afirma, referindo-se à Constituição Federal que permite o trabalho em tal idade apenas na condição de menor-aprendiz. Além da qualificação da mão-de-obra, Rohden destaca como grande desafio do Alto Vale a duplicação da BR-470, cuja obra será concluída até Indaial. "Isso não vai resolver. O trecho teria que ser maior."



Divulgação Ober Starsum

Setor metal-mecânico e indústria de confecções, com predominância para produção de jeans, são as âncoras da economia da região; setor de confecções absorve mais mão-de-obra

Alto Vale produz 3,8% das riquezas catarinenses

Rio do Sul é coração financeiro da região, representando 26,29% da economia local

Com 28 municípios somando uma população de 249,6 mil habitantes, o Alto Vale do Itajaí responde por 3,8% das riquezas produzidas em território catarinense aferidas pelo Produto Interno Bruto (PIB). A economia está ancorada na indústria de vestuário e no pólo metal-mecânico. Rio do Sul, com 56 mil habitantes, é o coração financeiro, representando 26,29% da economia.

Com o declínio do ciclo extrativista da madeira, o Alto Vale ficou inerte na economia durante duas décadas. Com as restrições ambientais e o esgotamento dos recursos naturais, a região atravessou um período de estagnação até a década de 80. "Foi quando floresceu a indústria metal-mecânica e depois, na década de 90, quando iniciou a produção de jeans", lembra o presidente da Associação

Comercial e Industrial (ACI) de Rio do Sul, Lino Rohden.

Na verdade, o surgimento da indústria metal-mecânica não foi por acaso. Ela nasceu com o propósito de atender a uma demanda de mercado. "Com a decadência da fécula e do extrativismo da madeira, criou-se a necessidade do beneficiamento. Para isso, eram necessárias máquinas. O mercado exigiu e as indústrias começaram a produzir", afirma o secretário executivo do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Rio do Sul (Simmmers), Aldo Kastner.

Hoje são 319 empresas estabelecidas nos 28 municípios, gerando seis mil empregos. O setor de auto-peças é o carro-chefe. Mas a diversidade do parque fabril chama atenção: a região produz desde

caldeiras para geração de energia, máquinas para indústria madeireira, acessórios como porcas e parafusos, macacos hidráulicos, pedais para bicicletas até tornos, alto-falantes e carrocerias de caminhões. "A produção de auto-peças representa 1/3 o total do setor metal-mecânico", estima Aldo, acrescentando que 80% da produção tem como destino o mercado interno.

As indústrias de auto-peças e de caldeiras para geração de energia exportam sua produção para Europa, África e América do Sul. Negócios que contribuem para o saldo positivo na balança comercial do Alto Vale, que exportou, em 2006, US\$ 203,8 milhões e importou US\$ 16,6 milhões, registrando um superávit de US\$ 187,2 milhões, segundo números da Fiesc.

Vestuário é que mais emprega

As indústrias de vestuário são as que mais absorvem mão-de-obra na região, segundo a Fiesc, que aponta o setor madeireiro e mobiliário em segundo e terceiro lugar, respectivamente. São 600 indústrias, de micro e pequeno porte, que geram 10 mil empregos diretos, conforme o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí (Sinfiatec). Destas, 70% têm sua produção voltada para o jeans, o carro-chefe do vestuário na região, condição que conferiu ao município de Rio do Sul o título de "Capital Catarinense do Jeans".

"Com certeza, o vestuário emprega mais, mas o volume de faturamento é maior na metal-mecânica", atesta o presidente da ACI de Rio do Sul, Lino Rohden. A força do jeans está estampada ao longo da BR-470 na região de Rio do Sul, onde proliferam inúmeras indústrias. Muitas destinam parte de sua produção para grandes magazines nacionais. "De 12 a 15% de nossa linha vai para uma rede nacional", atesta o gerente de uma indústria situada às margens da rodovia, Marcelino Pereira da Luz. A empresa produz de 40 a 50 mil peças/mês e emprega 70 pessoas.

CONFIRA O RETRATO DA MÃO-DE-OBRA		
Número de estabelecimentos e trabalhadores por atividade econômica em 2005*		
Atividade econômica	Estabelecimentos	Trabalhadores
Indústria extrativa mineral	38	157
Indústria de transformação	1.596	25.869
Serviços industriais de utilidade pública	25	373
Construção civil	148	793
Comércio	2.667	9.915
Serviços	1.637	11.953
Administração pública	56	6.139
Agropecuária, extrat. vegetal, caça e pesca	315	796
Total	6.482	55.995

Fonte: MTE-RAIS 2005



Cleia Maria Braganholo



Cadeia produtiva da cebola absorve mão-de-obra de cinco em cada dez habitantes do município, que colheu 82.800 toneladas na última safra

Ituporanga, capital nacional da cebola

Responsável pelo abastecimento de 12% do mercado nacional, Ituporanga é considerada a capital nacional da cebola. As características do clima, a tradição dos produtores e especialmente a qualidade do produto, conferiu ao município de Rio do Sul o título de "Capital Catarinense do Jeans".

"Nossa safra começa com a colheita a partir da última semana de outubro e vai até dezembro. A capacidade de armazenagem é de seis meses e a venda é escalonada", explica o

presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga, Sebastião Rosa, lembrando que a safra 2007/2008 foi 5% menor devido à estiagem e ao granizo nas regiões mais altas. Com custo de produção de R\$ 0,30 a R\$ 0,35 por quilo, a cebola foi comercializada a R\$ 1,15 a R\$ 1,30 o quilo, gerando um faturamento de R\$ 62 milhões.

A cadeia produtiva da cebola, que vai da sementeira até a colheita, absorve a mão-de-obra de cinco de cada dez habitantes de Ituporanga, principal atividade do município, sendo seguida pelo fumo, cuja produção é integrada com a indústria fumageira. "O município tem 1.109 estufas de fumo e tem 3.300 hectares cultivados, o que dá uma pro-

dução em torno de 7,1 milhão de quilo", estima Sebastião.

Valor

Para agregar valor à cebola, o sindicato tem trabalhado para sensibilizar os produtores da necessidade de fazer o que chama de "toilet" do produto, ou seja, cortar a raiz e o talo. "O consumidor compra com os olhos", ensina Sebastião com forma de agregar até 5% no preço final do produto.

A venda escalonada também é outra meta. "O produtor não pode forçar o mercado, ou seja, quando estiver sendo praticado o preço razoável, deve-se manter o mercado abastecido", afirma. Depois de Ituporanga, Alfredo Wagner é o segundo maior produtor.

BALANÇA COMERCIAL EM 2006 (US\$)

Município	Exportação	Importação	Saldo
Agrolândia	5.698.636	89.585	5.609.051
Agrônômica	395.148	4.780	390.368
Braço do Trombudo	2.559.206	3.543.565	-984.359
Dona Emma	0	4.954	-4.954
Ibirama	9.729.095	78.409	9.650.686
Ituporanga	4.044.898	0	4.044.898
José Boiteux	767.580	0	767.580
Laurentino	21.117	41.931	-20.814
Lontras	1.152.852	0	1.152.852
Mirim Doce	895.535	0	895.535
Pouso Redondo	25.773.597	444.899	25.328.698
Presidente Getúlio	29.708.600	120.669	29.587.931
Rio do Campo	1.948.685	99.373	1.849.312
Rio do Sul	88.042.545	3.883.927	84.158.618
Salete	16.831.722	102.002	16.729.720
Taió	1.521.196	6.255.725	-4.734.529
Trombudo Central	14.654.093	1.913.937	12.740.156
Witmarsum	20.062	0	20.062
Total	203.764.567	16.583.756	187.180.811

Fonte: MDIC/Secex
Obs.: os municípios que não constam da tabela não tiveram movimentação no período.



Na sala temática de Geografia, globos e planetário fazem parte do cenário pedagógico; alunos se dizem mais motivados e apoiam iniciativa introduzida pela direção da escola no ano passado

Laurentino inova na educação

Escola de Educação Básica Tereza Cristina, que tem a segunda melhor marca do Enem em Santa Catarina, aposta na criatividade como ferramenta pedagógica

Os alunos da Escola de Educação Básica Tereza Cristina, em Laurentino, não sabem mais o que é rotina. Desde o ano passado eles aprendem as matérias no ambiente concreto da disciplina, ou seja, em salas temáticas. Numa delas, eles encontram globos, atlas, material de cartografia e um majestoso planetário. Noutra, dicionários da Língua Portuguesa e obras de literatura.

“Queríamos tornar as aulas mais significativas e criativas”, justifica a diretora Flávia Rodrigues Tambosi, que há 10 anos administra a escola e há algum tempo vinha idealizando a nova forma de tornar a escola mais próxima do aluno. “Sabia que tinha uma escola em Presidente Getúlio que adotava esse modelo e resolvemos mudar”, lembra a diretora, que visitou a Escola de Educação

Básica Orlando Bertoli para ver como funcionava o projeto na prática e resolveu apostar na mudança. “Havia o problema inicial de algumas disciplinas com mais de um professor, mas conseguimos resolver montando uma sala para cada um”, lembra.

As salas temáticas de Português, Inglês, Ciências, Matemática, Física, Química, Geografia e História se destinam a alunos do 6º ao 9º ano. Com isso, os alunos mergulham no cenário da matéria e acabam com a postura passiva de aguardar pela chegada do professor no mesmo ambiente. “Fizemos parceria com a iniciativa privada para que os professores pudessem ambientar suas salas de acordo com suas disciplinas. Cada empresa virou madrinha da escola”, afirma a diretora, ressaltando, no entanto, que o laboratório de Química e Física, por ter um custo

mais elevado, contou com recursos do governo do Estado.

A mudança repercutiu da melhor forma possível entre alunos e professores. “Agora aprendo no ambiente da matéria. Gosto de Português e de ler bastante”, confessa Marie Julie Nardelli, aluna de 6ª série. “Facilitou bastante o trabalho de professor. Agora não precisamos mais sair atrás de mapas, globo, tudo está aqui na sala da matéria”, afirma a professora de Geografia, Ana Maria Tambosi, que decorou pessoalmente a sua sala de aula. Numa das paredes, uma frase histórica de Franklin Roosevelt reafirma a proposta pedagógica: “Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir a juventude para o futuro”, diz o pensador. “Os alunos se sentem bem, tendo um ambiente mais agradável e ficam mais atentos”, completa.



Muita animação nos ensaios para a gincana, que mobilizou alunos do ensino fundamental

Gincana rende toldo

Julho não é apenas sinônimo de festa para os alunos da Escola de Educação Básica Tereza Cristina. Como tarefa da III Gincana Juliana, eles saíram em campo em busca de pontuação e especialmente de olho no prêmio da competição, uma viagem.

Entre as tarefas antecipadas,



Com dinheiro arrecadado na gincana, alunos compraram toldo

eles conseguiram vender 12 mil pastéis. O dinheiro foi revertido em benefício da escola. Entre

um tema: os três estados do Sul, quatro grandes regiões do país e o município de Laurentino.

O aluno como prioridade

Com o melhor desempenho do Vale do Itajaí e a segunda melhor marca como município no estado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a escola fundada em 14 de maio de 1954 elege o aluno como prioridade. “Nosso trabalho é em equipe e tem o projeto voltado ao estudante”, observa a diretora Flávia Rodrigues Tambosi.

No Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), que combina resultados da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a escola também foi

destaque. “Atingimos a média de 5,2 acima dos 4,9 previstos”, esclarece a diretora.

Independente da série que o aluno estiver cursando, ele tem 10 minutos de aula dedicados à leitura, uma orientação pedagógica levada a sério pelos 852 alunos da escola, que atende o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil foi assumida pela cidade no ano passado, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (FDB), que atribui a pré-escola e a creche aos municípios.

Rio do Sul alia vidas ao meio ambiente

Hospital Regional Alto Vale presenteia mães com muda de árvores nativas para estimular preservação da natureza



Fotos: Cláudia Maria Braganholo

Mamãe Janaína e papai Claudinei com o filho Kalian recebem muda de árvore nativa, marcando aliança com o meio ambiente

A dona de casa Janaína Voss, 17 anos, amamentava o pequeno Kalian, nascido dia 11 de julho de parto cesáreo com 3,5 quilos, num dos quartos do Hospital Regional Alto Vale, em Rio do Sul, quando foi presenteada com uma muda de árvore nativa. A iniciativa faz parte do projeto "Proteja a Vida" adotado pela instituição há três meses como forma de disseminar a consciência ecológica.

"Com a muda, queremos que os pais, além de cuidarem do bebê, paralelamente cuidem da natureza", explica a enfermeira responsável pela maternidade, Isabel Weber. Desde que foi implantado há cerca de três meses, o projeto que é uma parceria do hospital com a prefeitura, Apae e Unidavi, já distribuiu cerca de 400 mudas de espécies como ipê roxo, amarelo, cedro, garapuvu, entre outras. As mudas vêm plantadas em embalagens de leite longa vida como forma de reafirmar que a reciclagem é outra arma indispensável pela preservação do planeta.

Com média de 140 partos/mês e 29 leitos, a maternidade do Hospital Regional que tem 83% do seu atendimento voltado para

pacientes do SUS, trabalha em busca de certificações para confirmar a qualidade do serviço prestado. Uma das metas é obter o título "Hospital Amigo da Criança", da Unicef. Por se tratar de uma instituição praticamente nova, com 14 anos de atuação, a maternidade cumpre os passos preconizados pelo Ministério da Saúde para fazer da amamentação o grande trunfo contra a mortalidade infantil.

"Realizamos a amamentação precoce já na sala de parto, não usamos complemento alimentar artificial, estimulamos o leite materno até seis meses, rejeitamos o uso de chupetas e mamadeiras e trabalhamos para reduzir o número de cesarianas", ilustra Ana Isabel, que admite ter dificuldade neste último item para alcançar os patamares do Ministério da Saúde, que fixou o índice em 15%. "Como recebemos pacientes de alto risco de toda a região, temos ainda 58% de cesarianas", observa.

Para reverter a situação, ela defende que a maternidade seja reconhecida pelo Ministério como unidade de referência nos partos de alto risco, colocando a entidade numa situação diferenciada nas estatísticas.



Com nove pavimentos, hospital tem 214 leitos, realiza 500 cirurgias e 140 partos por mês

Instituição tem trabalho integrado com a comunidade

Como forma de interagir com a comunidade, a maternidade oferece a cada dois meses cursos para gestantes com agenda de oito encontros. "Nosso objetivo é preparar mãe e pai. Eles visitam a maternidade, assistem ao banho dos bebês, entre outras coisas", explica a enfermeira Ana Isabel, que destaca a qualidade da Unidade de Cuidados Intermediários, antigo berçário, onde ficam os bebês que necessitam de assistência especial.

"São caso de pacientes com icterícia (amarelão), que precisam de banho de luz, ou ainda que apresentam transtorno respiratório", explica. Nos casos

em que a mãe tem alta, mas o bebê não, há 12 leitos para alojamento materno destinados para a Unidade de Cuidados Intermediários e mais 12 para mães de bebês internados na UTI Neonatal, que oferece seis leitos para bebês prematuros de alto risco, além de leitos para crianças de até 14 anos.

A maternidade também oferece Grupo de Apoio para Aleitamento Materno, atendendo mães hospitalizadas com dificuldade para alimentar seus bebês. "Seja por problemas de fissura, seja nos casos de ingurgitamento, a orientação é estimular o leite materno",

explica Ana Isabel. Segundo ela, inclusive os bebês internados na UTI Neonatal recebem leite extraídos de suas mães. "Nosso desafio é criar um banco de leite. Conseguimos o espaço físico, falta agora adquirir o maquinário e disseminar a consciência", observa a enfermeira.

Quando têm alta, as crianças deixam a maternidade com certidão de nascimento, com as vacinas BCG (que imuniza contra as formas graves de pneumonia) e com a primeira dose da Hepatite B. Nos casos em que a permanência no hospital se prolonga, elas também são submetidas ao teste do pezinho.

Saiba mais

Há 14 anos, o Hospital Regional Alto Vale presta serviços à comunidade, tendo sucedido na missão do Hospital Cruzeiro - hoje policlínica e Secretaria da Saúde do município -, entidade que era mantida pelo município. Considerada referência em diversas especialidades, o hospital é mantido pela Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, uma fundação de direito privado sem fins lucrativos.

O hospital tem nove pavimentos, 214 leitos, 100 médicos,

440 funcionários e realiza, em média, 500 cirurgias e 140 partos por mês. O Pronto-Socorro atende 5.700 pacientes/mês e cerca de 80% das consultas são via SUS. A UTI oferece 13 leitos e o Laboratório de Análises Clínicas, que realiza em média 15 mil exames/mês, participa dos programas de excelência da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica. Com tecnologia de ponta, o setor de Diagnóstico por Imagem realiza, em média, 5.400 exames mensais.



Com 54 hectares, Parque Municipal da Mata Atlântica é primeira unidade pública protegida do município, exemplo de recuperação de áreas degradadas e de enriquecimento de florestas secundárias

Atalanta, a capital da ecologia

Preservação da Mata Atlântica é palavra de ordem no município que tem no meio ambiente a alavanca para o turismo

Referência em preservação e conservação ambiental, em especial da Mata Atlântica, Atalanta é conhecida como “Cidade Jardim da Mata Atlântica” e “Capital Ecológica de Santa Catarina”. Os títulos fazem jus ao que pode ser visto no Parque Municipal da Mata Atlântica, unidade de conservação criada em 2005 que se traduz num verdadeiro santuário. O parque é administrado pela Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) através de um termo de parceria

assinado com a Prefeitura de Atalanta e com apoio de uma metalúrgica da região.

Com 54 hectares, a unidade situa-se na Vila Gropp, a cerca de dois quilômetros do Centro de Atalanta, e é a primeira unidade pública protegida do município. Nasceu com a missão de se transformar em centro de referência no município para educação ambiental, sendo um exemplo de recuperação de áreas degradadas, do enriquecimento de florestas secundárias, de agricultura orgânica e destino

para o turismo ecológico.

Entre as espécies ameaçadas de extinção e presentes no parque, estão o xaxim, a araucária, o sassafrás, a canela e o cedro. O visitante também poderá ver no local aves e animais como tatu e lontra.

Desde que foi criado, o parque já recebeu cerca de 7 mil visitantes de várias localidades, inclusive de fora do Brasil. O contato com a natureza atrai crianças desde a pré-escola até grupos de terceira idade. Numa das partes do parque existia antigamente uma

indústria de fécula e uma serraria, que foram restauradas e abrigam um museu, um auditório e espaço destinado a espetáculos.

Construído com a proposta de ajudar na preservação da memória de Atalanta, o Museu Municipal Wogeck Kubiack é também centro de pesquisa. Ele foi instalado num espaço em que funcionava o secador da fecularia Gropp. No acervo, estão utensílios domésticos, ferramentas, utensílios indígenas, fotos, livros – material que resgata a história do município.

Na rota do agroturismo

A vocação ambiental de Atalanta está impulsionando o agroturismo no município. No ano passado, a prefeitura lançou a “Rota Jardim da Mata Atlântica”, aproveitando a referência que o município é na preservação e conservação ambiental, em especial do Bioma da Mata Atlântica.

O pontapé inicial da iniciativa foi o Projeto Acolhida na Colônia, administrado por uma associação de agricultores familiares que abrem as portas de suas propriedades para acolher e compartilhar com visitantes a vida no campo, sua cultura, gastronomia e o aconchego do seu lar. Através do projeto, os agricultores têm encontrado novas alternativas de renda. Entre outros moradores, há produtores de truta e de produtos coloniais.

O projeto tem apoio da Apremavi, da Prefeitura e Câmara de Vereadores de Atalanta, da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Santur, do Ministério do Turismo, do governo do Estado e da Epagri.

Trilhas

No parque, o visitante pode percorrer a “Trilha da Lontra”, que recebeu este nome devido à grande presença do animal na região. São cerca de 40 minutos de caminhada em meio à natureza.

A trilha descortina uma imagem cinematográfica: a cachoeira “Perau Gropp”, uma das grandes atrações do parque, com uma queda de 41 metros envolta por vegetação. O trajeto passa também pela Cachoeira do Córrego Grande, com cerca de 18 metros.

Na “Trilha do Quati”, o turista costeia as margens do Rio Dona Luiza, chegando até a uma cachoeira. O percurso é longo, leva em média 1h30 min e exige preparo físico.



Contato com a natureza atrai crianças desde a pré-escola até grupos da terceira idade

INSTITUCIONAL

Deputados dão sinal verde para LDO

Plenário aprovou por unanimidade projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, acatando 79 prioridades definidas nas audiências do Orçamento Regionalizado

Rodrigo Viegas Scheila Dziedzic

A Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade, dia 23, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A matéria do Executivo define as metas e as prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2009.

Principal projeto apreciado pelo Parlamento neste primeiro semestre, já que estipula ações prioritárias e demonstra a intenção do governo de como investir o dinheiro público, o PL nº 102/2008 recebeu críticas contundentes da oposição, que não conseguiu incorporar suas emendas.

O plenário confirmou o parecer final do relator, deputado Renato Hinnig (PMDB), que, de um total de 147 emendas apresentadas, acatou apenas 79 das propostas escolhidas como prioridades nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR), realizadas em junho pela Assembléia Legislativa. Todas as 68 emendas apresentadas por parlamentares foram rejeitadas.

Para a execução das ações previstas nas emendas acatadas, como

aplicação em novos investimentos, estão disponibilizados somente 0,04% da previsão orçamentária. Mesmo com valor considerado muito baixo para atender as demandas apresentadas pelas comunidades, o relator Renato Hinnig reuniu-se com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), os secretários do Planejamento, Altair Guidi, Administração, Antônio Marco Gavazzoni, e Fazenda, Sérgio Alves, antes da finalização do relatório. Segundo ele, buscava construir a condição para que sejam asseguradas as prioridades de execução das obras apontadas pelo OR.

O encontro resultou em emenda que obriga o Executivo a priorizar as demandas do OR, referendando determinação da Constituição do Estado. O relator alerta que deverá ser respeitada a obrigatoriedade do governo sobre aplicação de receitas vinculadas como repasse aos Poderes, percentuais da educação e saúde, entre outros.

Percentuais

Ao projeto foi acrescentada

emenda que permite que o Estado repasse ao Ministério Público (MP) os valores necessários, através de convênio, para que seja fortalecida a atividade de fiscalização e inteligência contra crimes fiscais. Com isso, acredita Hinnig, a receita estadual deverá aumentar, já que o esforço será no sentido de coibir a sonegação. O resultado terá reflexos positivos também sobre os repasses aos Poderes, vinculados a percentual da receita estadual.

Com a mesma intenção, de aumentar a arrecadação do Estado, foi acolhida emenda que permitirá a destinação de recursos para a modernização da administração tributária, através de atividades de inteligência em conjunto com MP, Secretaria de Segurança Pública e Cidasc.

Na LDO foram mantidos os percentuais constantes no orçamento de 2007, de repasses constitucionais aos Poderes e órgãos: Assembléia Legislativa (3,70%), Tribunal de Contas do Estado (1,30%), Tribunal de Justiça (7,40%), Ministério Público Estadual (3,10%) e Udesc (2,05%).



Deputados de oposição cobram inclusão de emendas parlamentares ao texto final e questionam metodologia para elaboração da peça orçamentária

Oposição condena rejeição de emendas

Indignada com o que chamou de "falta de respeito com os parlamentares", a presidente em exercício, deputada Ana Paula Lima (PT) afirmou que os parlamentares foram solicitados a apresentar emendas e "estranhamente" o relator, deputado Renato Hinnig (PMDB), rejeitou todas.

"Trabalhamos arduamente e tivemos desconsideradas todas as nossas propostas de aprimoramento da matéria. Apresentei emendas para as áreas de saúde e educação, para qualificação da mulher e do adolescente, e nada foi aproveitado. Somos representantes do governo ou do povo afinal? Investir em infraestrutura é bonito, obras aparecem com destaque, mas precisamos investir na sociedade." Por fim, a deputada provocou os colegas de sua região: "Tenho visto deputados se dizerem representantes do Alto Vale do Itajaí. Não adianta falar isto aqui na tribuna e votar contra as emendas que apóiam o Alto Vale".

O deputado Jailson Lima (PT), por sua vez, rotulou o PL de "peça de ficção" e mostrou-se contrariado com o fato de a base de sustentação ao governo sugerir que as emendas que contemplavam políticas públi-

cas são fisiologismo. "É politiquero propor um centro de transplante de medula para o Hospital Infantil ou um centro de oncologia para o Alto Vale?", questionou.

Os progressistas voltaram a questionar a eficiência da metodologia para elaboração da peça orçamentária. O deputado Ivan Natatz (PV) alegou que "movimentamos toda uma máquina legislativa para realizar as audiências públicas do Orçamento Regionalizado e apenas 0,04% do orçamento vai ser aplicado nos pontos definidos nestes encontros".

Por sua vez, o deputado Joares Ponticelli (PP) cobrou a necessidade de se adotar um orçamento impositivo. "Tramita nesta Casa uma matéria que propõe que 3% do orçamento seja impositivo. É um começo. Esta iniciativa vai dar credibilidade à execução, porque do modo como está, o Chefe do Executivo executa o que quiser", afirmou.

O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, observou o recuo da participação popular nas audiências públicas que debateram a LDO. "Estiveram presentes os secretários de Desenvolvimento Regional com

seus funcionários e umas poucas lideranças comunitárias. Apenas três prioridades definidas por cada Secretaria Regional foram acatadas", observou.

Critério

Falando com a propriedade de quem relatou a matéria, o deputado Renato Hinnig procurou em seu pronunciamento responder do argumento da oposição. "A Assembléia, por determinação constitucional, realizou nove audiências públicas para discutir o orçamento. Cada uma das 36 Secretarias Regionais apresentou três prioridades. São 108 prioridades destacadas. Todos os parlamentares foram convidados para as audiências, bem como as câmaras municipais, os prefeitos e entidades representativas. Optamos por contemplar todas as prioridades e rejeitamos outras emendas de origem parlamentar. Não por censura, mas por critério adotado", explicou o relator. Segundo ele, os problemas com os recursos para investimento só serão solucionados quando houver vinculação de receita.

Parlamentares questionam modelo do OR

Um estudo sobre como vem se desenvolvendo o processo do Orçamento Regionalizado (OR), seu histórico, evolução e as dificuldades apresentadas ao longo dos 11 anos de execução pelo Poder Legislativo foi requerido pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Mello (PSDB). Ele se antecipou ao debate que ocorreu dia 23, antecedendo a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A opinião de que o atual modelo de execução do OR está desgastado e exige uma reformulação é praticamente consenso entre os parlamentares da Comissão de Finanças. O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, acredita que a obrigatoriedade da aplicação de um percentual mínimo do orçamento estadual nas obras apontadas como prioridades nas audiências públicas é uma medida necessária para dar maior efetividade e credibilidade ao OR. "Sem esse percentual não temos como garantir a efetivação das obras escolhidas pelas comu-

nidades. Temos que ter a atitude de rever a metodologia do Orçamento Regionalizado para que seja elencado realmente o que é possível, sem criar falsas expectativas", diz o progressista.

Ficção

O democrata Jean Kuhlmann acredita que estes questionamentos provêm de um problema estrutural do Estado. "Enquanto o orçamento for apenas propositivo, e não impositivo, acabará por ser uma peça de ficção. É um cobertor curto para muita gente." O parlamentar refere-se ao baixo valor de recursos que sobra para o governo investir nas ações definidas nas audiências públicas, excetuando as obrigações fixas como folha de pagamento, manutenção da máquina estatal e repasse de receitas vinculadas.

Kuhlmann critica também o fato de, neste processo orçamentário, os parlamentares terem pouca margem de ação, em função dos poucos recursos

e mesmo da não execução das obras que são apontadas como prioridades. Ele reconhece que, em alguns casos, uma única obra poderia utilizar todo o recurso do Estado para investimento.

Já para os deputados petistas Dirceu Dresch e Décio Góes, um dos principais fatores de crítica está no alto valor de renúncia fiscal, devido aos incentivos que o governo concede a empresas de diversos setores. Segundo Décio, uma previsão de R\$ 2,8 bilhões. Ele diz que este valor evidencia a distorção, uma vez que existem sérias dificuldades para se conseguir incentivos para as micros e pequenas empresas. "Há um exagero que precisa ser repensado."

Dresch acrescenta que o parlamentar não tem papel no orçamento, definido por ele como "das secretarias regionais que vêm com as propostas prontas". Entende, ainda, que parte considerável da sociedade não se encontra representada nas audiências. Outra crítica é ao fato das ações na maioria das vezes

não representarem "grandes políticas estratégicas".

Municípios

A pouca participação em alguns dos encontros foi motivo de questionamento pelo deputado José Natal Pereira (PSDB). "O número de participantes é insignificante para uma discussão tão importante como é o orçamento do Estado. Esta é uma situação que merece uma discussão ampliada e antecipada nos municípios", acredita Natal. O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, reconhece que não é feito tudo o que é necessário, mas afirma que "o Executivo tem se empenhado para fazer tudo o que é possível".

O deputado Renato Hinnig concorda com a posição da maioria dos parlamentares sobre a necessidade de mudança no processo do orçamento. Hinnig defende que se discuta essa situação a partir de pontos como a desvinculação de receitas, inclusive a de repasse aos Poderes, pacto federativo e a reforma tributária.

Hospital Infantil defende serviço de oncologia

A direção do Hospital Infantil Joana de Gusmão, na Capital, encaminhou à Comissão de Saúde de ofício apresentando uma radiografia dos serviços de oncologia prestados pela instituição à sociedade catarinense. No documento ao vice-presidente da Comissão, deputado Jailson Lima (PT), os médicos esclarecem pontos da audiência pública realizada pela comissão, no dia 17 de junho, para debater "A oncologia pediátrica em Santa Catarina". Na ocasião, a Associação dos Familiares e Amigos da Oncologia Pediátrica de Santa Catarina questionou os serviços prestados pela instituição na oncologia pediátrica.

Jailson informou que vai convidar a direção do hospital para acompanhar as reuniões da Comissão de Saúde e que vai agendar uma visita ao hospital. "Temos que

ver como a Assembléia pode contribuir com o hospital", observou. Em relação à audiência do dia 17 de junho, o deputado afirmou que foi atingido o objetivo de discutir principalmente os problemas no Hospital Infantil Joana de Gusmão.

"A audiência pública é o momento de democracia da Casa, onde as partes envolvidas têm o direito de colocar suas posições e foi isso que ocorreu nesse encontro", esclareceu. Sobre mais recursos para a oncologia pediátrica, Jailson disse que encaminhamentos nesse sentido estão sendo feitos. "O Ministério Público Estadual solicitou a inclusão de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a oncologia pediátrica, como por exemplo, viabilizar o transplante de medula óssea em Santa Catarina".

No documento de seis páginas,

a equipe de Onco-Hematologia do hospital apresenta um relatório da estrutura do Hospital Infantil Joana de Gusmão e das atividades do setor. Entre os diversos itens, os profissionais informam que não há demanda reprimida no Serviço de Onco-Hematologia (internação e ambulatorio), pois os pacientes são atendidos em no máximo 24 horas, exceto em casos de dificuldades vindas do próprio paciente ou do município solicitante.

Sobre a taxa de ocupação, a direção do HI diz que no ano de 2007 foi de 79,59%. Atualmente se encontram em funcionamento 10 leitos e a partir deste mês o setor passará a funcionar com 14 leitos. Ainda em 2007, o Serviço de Onco-Hematologia atendeu no ambulatório 3.937 consultas, realizou 7.154 quimioterapias e 699 internações.



Diretor do hospital, oncologistas, coordenadores e gerentes em entrevista ao AL Notícias

Direção destaca atendimento ímpar no país

Uma das solicitações feita pela Associação dos Familiares e Amigos da Oncologia Pediátrica de Santa Catarina, de transferência do Serviço de Onco-Hematologia do HJG para o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon), é considerada "inadequada e inviável pela equipe de onco-hematologia do hospital". O argumento é que o Cepon não dispõe de unidade de internação pediátrica, nem de corpo assistencial específico, nem de profissionais médicos das diversas especialidades pediátricas e de equipe multiprofissional pediátrica.

A equipe destaca que o Cepon não possui estrutura física e equipamentos necessários para o atendimento do usuário pediátrico, tanto para sua doença como para suas possíveis intercorrências clínicas (Unidade de Terapia Intensiva, Cirurgia Pediátrica, entre outras). Segundo o coordenador admi-

nistrativo do Serviço de Onco-Hematologia, Lincoln Abreu, o Hospital Infantil tem carências como qualquer outro hospital, mas que são supridas progressivamente. "Dentro dos resultados, o hospital tem atendimento ímpar no país. Somos pessoas sérias, fazemos um trabalho ético", afirmou o médico oncologista, um dos pioneiros em Santa Catarina nessa área.

Uma das carências do hospital é em relação ao transplante de medula óssea. Apesar de Santa Catarina não oferecer transplante de medula óssea pediátrica, a equipe do Serviço de Onco-Hematologia diz que todos os pacientes são encaminhados para centros de referência no país.

"O setor, juntamente com a direção da instituição, tem enviado esforços para a implantação desse serviço desde a década de 90, mas sem resultados concretos. Há disponibilidade de área

física, sendo necessário equipá-la e contratar recursos humanos adicionais", disse o oncologista pediátrica e gerente Técnica do hospital infantil, Denise Bousfield da Silva. Para tanto, no ofício encaminhado à Comissão de Saúde, solicitam auxílio dos parlamentares para viabilizar o serviço, com a inclusão dos valores necessários na dotação orçamentária do governo do Estado.

O diretor geral do hospital, Maurício Laerte da Silva, informou ainda que neste ano foi assinado o Termo de Compromisso de Garantia de Acesso em Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, tornando o hospital infantil uma Unidade de Alta Complexidade para o atendimento em Oncologia Pediátrica. Disse que o Serviço de Onco-Hematologia do HJG foi considerado referência em oncologia pediátrica para Santa Catarina.

COMISSÕES

Jonas Lemos Campos



Deputados da Comissão de Constituição e Justiça aprovam também vistoria nas obras de pavimentação na BR-282 e projeto que cria Sistema Estadual de Certificação Carbono Neutro

Guerra fiscal do leite repercute na CCJ

Projetos que criam mecanismos para fortalecer a produção em Santa Catarina são reunidos para análise

Scheila Dziedzic

A guerra fiscal entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo, que tem ocasionado a concorrência desleal devido à concessão de incentivos para a produção e comercialização da produção leiteira, repercutiu na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Uma das principais decisões da reunião do dia 22 foi a fusão dos projetos de lei nº 108/08 e 109/08, ambos de autoria do deputado Dirceu Dresch (PT), que criam políticas públicas para fortalecer a cadeia produtiva do leite. Os deputados também pediram diligência para que as Secretarias de Fazenda e Agricultura se manifestem.

O projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (Fundplaf) tem como objetivo financiar a política de renda dos produtores de leite, através da garantia do preço mínimo, de linhas de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para a produção e industrialização do leite. O Fundo também deve ser fonte de recurso financeiro para a execução das ações da política estadual da produção de leite e derivados.

Outro projeto, que cria o Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar (Proclaf), autoriza o Poder Executivo a

elaborar e executar o programa com a garantia de pagamento de preço mínimo, estabelecido pelo governo federal, aos produtores, e o incentivo da atividade leiteira e de seus derivados como fonte de renda e agregação de valor.

Além do incentivo à industrialização da agricultura familiar, o projeto cria condições para promover a permanência e ampliação do número de famílias de agricultores na produção de leite.

Cuidado

A proposta para a diligência partiu do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), com a concordância do líder da bancada do PT, Pedro Uczai. A intenção, segundo Nadal, é verificar a possibilidade de se construir uma política pública baseada em dados sobre a questão fiscal fornecida pela Secretaria da Fazenda.

Uczai defendeu importância de ações para que o setor leiteiro não seja mais prejudicado "por uma guerra fiscal interminável". Ele justificou que os projetos buscam a construção de uma política pública que atenda à necessidade social do setor e de regiões, como o Oeste catarinense, que têm forte dependência econômica na atividade. "Santa Catarina tem que cuidar dos seus produtores de leite", afirmou.



Padre Pedro: prejuízos no Oeste



Sopelsa: incentivos à indústria

Deputados se solidarizam ao produtor catarinense

A guerra do leite também repercutiu no mesmo dia em plenário. O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) divulgou decreto publicado no Paraná que subsidia o leite daquele estado. "A região Oeste destaca-se como a maior bacia leiteira de Santa Catarina. A produção é comercializada em sua maioria no Paraná. Com este decreto, o produtor catarinense vai perder competitividade e isto pode gerar um impacto negativo para nossos produtores", salientou.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) apresentou em plenário dados sobre os benefícios concedidos para a indústria de laticínios pela administração estadual. "O leite pasteurizado, em saquinho, está isento de ICMS, enquanto o leite UHT,

em caixa, tem crédito presumido de 70,83%, ou seja, uma alíquota de 3,5%. Já os queijos prato e mussarela têm crédito presumido de 40% calculado sobre imposto da venda, equivalendo a uma alíquota de 7,2%, quando vendido nas regiões Sul e Sudeste, ou de 4,2%, quando vendido em Santa Catarina", afirmou.

O deputado, que foi secretário de Estado da Agricultura, ainda informou que os benefícios através de créditos presumidos não vedam os créditos efetivos das compras de materiais de embalagens, energia elétrica e bens do ativo imobilizado. Para finalizar, Sopelsa alegou que "é preciso igualdade nos incentivos" para garantir a saúde financeira do produtor catarinense.

Redução de gases

A CCJ também aprovou a proposta de criação do Sistema Estadual de Certificação Carbono Neutro. A proposta é do deputado Jandir Bellini (PP) e define que as pessoas jurídicas poderão obter certificados quanto à neutralização e redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, incluindo os aspectos quantitativos e qualitativos associados às respectivas atividades. Para isso, deverão ser obedecidos requisitos previstos na proposta. A certificação será feita por órgão ambiental credenciado.

As pessoas jurídicas que fizerem parte do Sistema de Certificação Estadual Carbono Neutro poderão ser beneficiadas nos financiamentos de custeio e investimento no âmbito do crédito nas instituições públicas.

Vistoria na 282

Os parlamentares definiram vitória às obras de pavimentação da BR-282. A iniciativa foi do presidente do Fórum Permanente da BR-282, Romildo Titon (PMDB), e do relator do fórum e presidente da Comissão de Transporte, Reno Caramori (PP). A intenção é verificar as condições dos trabalhos em fase final. Caramori salientou que a pavimentação que está sendo feita é do melhor padrão de cobertura asfáltica e está dentro do prazo do cronograma. Os trechos serão inspecionados no dia 1º de agosto.

Encontro nacional reúne comunistas de vários países

Programação teve presença de representantes do Portugal, Paraguai, Colômbia, Venezuela e do Brasil

Comunistas de vários países, especialmente da América do Sul, estiveram reunidos, nos dias 17, 18 e 19 de julho, no IV Encontro Nacional do Fórum de Unidade dos Comunistas realizado na Assembléia Legislativa por indicação do líder do PDT na Casa, deputado Sargento Amauri Soares. Representantes de Portugal e do Paraguai falaram sobre a sua participação e as questões globais que preocupam os seus partidos.

O ex-deputado português da cidade do Porto, Miguel Urbano Tavares Rodrigues, além de participar de painel sobre a América Latina, também destacou questões e dificuldades relativas à transição do capitalismo para o socialismo "causadas pela incapacidade de encaminhar as formas de fazer essa transição". Ele também é escritor e jornalista e já morou no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, tendo trabalhado no jornal O Estado de São Paulo.

O paraguaio Najeeb Ama-

do, secretário-geral do Partido Comunista em seu país, integra a Aliança Patriótica Socialista. Ele defendeu a necessidade de se promover a integração das lutas populares, priorizando as questões do campo. Os dois representantes fizeram palestras e participaram de painéis durante os três dias do encontro.

Teóricos marxistas do Brasil, Colômbia e Venezuela também proferiram palestras. O Fórum foi

fundado em 24 de março de 2006, em ato público realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e é integrado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Refundação Comunista e corrente Comunista Luiz Carlos Prestes.

A finalidade é ter um espaço para debater e promover a formação política, sendo um instrumento para alcançar unidade de ação.



Momento de confraternização durante o IV Encontro Nacional

Miriam Zomer

Debate aponta interesse renovado pelo marxismo

O agravamento da crise estrutural do capitalismo vem contribuindo para renovar o interesse sobre o pensamento de Karl Marx, responsável pela análise econômica e histórica da evolução das relações econômicas entre as classes sociais. Esse renovado interesse tem se manifestado através de conferências e seminários a respeito do tema que não é considerado muito comum: a transição da política capitalista para a socialista. Esta foi a tônica da mesa de debates que abordou o marxismo na contemporaneidade.

Tendo ainda que avançar no campo da ação, a proposta foi discutida dia 17, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembléia Legislativa, na abertura do IV Encontro de Unidade dos Comunistas. Um dos

principais debatedores foi o ex-deputado português da cidade do Porto, Miguel Urbano Tavares Rodrigues. Escritor e jornalista, ele morou 17 anos morou no Brasil, tendo trabalhado como articulista no jornal O Estado de São Paulo.

Miguel Urbano recordou aos presentes que Vladimir Ilitch Lenin, líder do Partido Comunista na Rússia, no início do século passado, já dizia "que seria mais fácil tomar o poder e destruir o sistema capitalista, do que construir o socialismo". A reflexão é direcionada ao contexto que os comunistas definem como "campanha de criminalização do comunismo e crise da civilização", processos desencadeados pela estratégia de dominação do sistema de poder imperial a partir dos Estados Unidos.

Simpósio vai estreitar relações entre Judiciário e imprensa catarinenses

Evelise Nunes

Estabelecer um diálogo e buscar uma relação de confiança entre imprensa e magistrado é objetivo do 1º Simpósio Judiciário e Imprensa, que será realizado nos dias 31 de julho e 1º de agosto, no auditório da sede administrativa da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis. Promovido pela AMC, Tribunal de Justiça do

Estado de Santa Catarina (TJ/SC) e Associação Catarinense de Imprensa (ACI) – Casa do Jornalista, o simpósio tem na programação, palestra e painéis que facilitarão a comunicação entre jornalistas e o Judiciário.

Segundo o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, existe um receio de aproximação entre o magistrado e a imprensa. "Seja pela dificuldade de compreensão dos jornalistas pelos

termos técnicos ou mesmo pelo fato de o Judiciário não poder externar sua opinião nem fazer um pré-julgamento de um processo sem que este esteja concluído", explica.

Para o presidente da ACI, Ademir Arnon, o simpósio é um marco histórico. "Pretendemos aprimorar o nosso profissional de comunicação para que este passe a interpretar melhor o Judiciário". Os debates serão feitos em quatro regiões do estado (Joinville, Chapecó, Criciúma e Lages), podendo estender-se aos demais. O 1º Simpósio Judiciário e Imprensa tem apoio da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), Associação dos Diários do Interior (ADI), Associação dos Jornais do Interior (Adjori), Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina (Sinapro/SC), Academia Judicial do Tribunal de Justiça do Estado e Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas de Santa Catarina (Sindejor).

Miriam Zomer



Presidente da ACI e da AMC, anfitriões do evento

Programação

Dia 31 de junho

19 horas – Abertura com o Presidente do TJ/SC, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; presidente da AMC, Juiz José Agenor de Aragão e presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Ademir Arnon.

19h30 – Palestra de Marcos Noll Barboza, diretor Institucional do Grupo RBS e presidente do Sindjor

20h30 – Coquetel

Dia 1º de julho

9 horas – Painel O Fato Jornalístico e o Rito Processual, coordenado pelo desembargador Vanderlei Romer. Banca: desembargadores Antônio Fernando do Amaral e Silva e Salim Schead dos Santos, e jornalistas Moacir Pereira e Vânio Bossle.

10h30 – Painel A Linguagem Jurídica e o Jornalista, coordenado pelo desembar-

gador Sérgio Roberto Baasch Luz. Mesa: desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi, juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, jornalistas Renê Müller e Paulo Alceu.

14 horas – Painel O Direito à Informação e a Responsabilidade da Imprensa, coordenado pela jornalista Marise Westphal Hartke. Mesa: desembargadores Newton Janke e Lédio Rosa de Andrade, jornalistas Carlos Damião e Hélio Costa.

16h30 – Painel Assessoria de Imprensa e Difusão de Notícias, coordenado pelo desembargador Solon D'Eça Neves. Mesa: jornalistas Fabrício Severino, da AMC, Maria Fernanda Farinha, do TJ/SC, Antônio Neto e Raul Sartori.

Inscrições gratuitas
eventos@amc.org.br
Telefone: (48) 21313011
Fax: (48) 3231.3001

Executivo encaminha Código Ambiental à Assembléia Legislativa

Projeto tem objetivo de conjugar a preservação das matas nativas com o desenvolvimento do setor produtivo

Denise Arruda Bortolon

O projeto de lei que trata do novo Código Ambiental estadual deve chegar à Assembléia Legislativa até o início de agosto. O anúncio foi feito pelo líder do governo na Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), durante a sessão ordinária do dia 22. Conforme explicou, o Executivo espera que o Parlamento amplie a discussão e ofereça emendas que aprimorem a legislação ambiental.

Herneus destacou que a legislação estadual sobre o Meio Ambiente está defasada e não atende aos dispositivos federais.

"Este projeto é importante para a economia, sociedade e preservação ambiental do nosso estado. É preciso que contemple as ativida-

des produtivas exercidas em Santa Catarina e os cuidados necessários para a preservação da natureza", enfatizou.

O objetivo do novo código é preservar a mata nativa sem estagnar o setor produtivo. Conforme Nadal, a matéria exigirá um estudo profundo dos parlamentares, já que os temas abordados na legislação deverão contemplar tanto o crescimento de todas as regiões quanto a manutenção dos recursos naturais.

"É necessário que todos se dediquem. Com o apoio da sociedade alcançaremos um texto que seja condizente com a realidade de Santa Catarina", emendou.

O texto quer encontrar caminhos para o desenvolvimento dos catarinenses. "As mesmas regras

não podem valer para latifundiários e pequenos produtores. Esta lei tem que permitir a convivência pacífica entre o homem, a natureza e o setor econômico", acrescentou.

Preocupado com as 180 mil famílias produtoras, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) enfatizou a importância da discussão de um projeto de grande alcance. "Precisamos ter responsabilidade para que o código não inviabilize a produção agrícola nas pequenas propriedades", explicou.

Já o deputado Ivan Naatz (PV) criticou a criação de um novo código antes de fazer investimentos no saneamento básico. "Vamos ficar com os olhos abertos para que este código não favoreça o desmatamento", disparou.



Herneus quer que colegas ampliem discussão e apresentem emendas

Fábrica chinesa quer se instalar em SC

A convite do governo chinês os deputados Jailson Lima da Silva (PT) e Rogério – Peninha – Mendonça (PMDB) –, também 1º secretário da Assembléia Legislativa – representaram o Legislativo estadual nas comemorações realizadas naquele país pelos 30 anos do estabelecimento das relações Brasil-China.

No retorno da viagem, os dois parlamentares, em entrevista ao Fala Deputado, programa realizado pela TV Assembléia, no dia 23, anunciaram que uma fábrica de vidros chinesa quer se instalar em Santa Catarina. "Os investimentos iniciais são de US\$

65 milhões", contou Jailson.

Entre as fábricas visitadas, eles conheceram a maior fabricante de hardware voltada ao mercado interno chinês – a HASSE computadores –, responsável pela produção de 100 milhões de computadores por ano e também interessada em se instalar no Brasil. "Além disso, conversamos com representantes do setor de sacaria para cebolas, que têm interesse em vender para nós", informou o deputado Peninha, referindo-se à possibilidade de redução de custos para os produtores da região de Ituporanga, no Alto Vale do Itajaí, região dos dois parlamentares.

Deputado defende redução no número de partidos

A redução de 32 para apenas cinco as siglas partidárias em todo o país é uma proposta inicial feita pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). O parlamentar considera que o número atual de siglas partidárias é exagerado e não atende aos propósitos da Justiça Eleitoral, que é de simplificar cada vez mais os pleitos.

Para ele, a criação de partidos é uma fórmula encontrada por muitas pessoas que querem usufruir de benesses financeiras

a cada eleição, "que é quando eles aparecem". O parlamentar defende cinco partidos: de centro, esquerda, extrema esquerda, direita e extrema direita.

Nesta sugestão, o tucano recebeu o apoio do deputado José Natal Pereira (PSDB), que também critica a atuação de representantes de muitos dos partidos atuais. "Eles aparecem só em eleições. São 90% partidos só para negociar. Fora das eleições, não são capazes de apresentar propostas. Servem

apenas para usufruir de cabides de emprego e outros benefícios. Está mesmo na hora de a reforma política acontecer."

Gonçalves lembra que nos Estados Unidos os partidos são apenas dois. "Na maioria não chegam a cinco e, se analisarmos mais profundamente, se chegará à conclusão de que são poucos os que têm representatividade popular e podem, efetivamente, falar em nome do povo. Eles têm interesses que sempre são atendidos em época de eleição."

Situação econômica favorável da Casan é comentada em plenário

A divulgação pela imprensa nacional sobre a reviravolta da situação financeira da Casan foi o assunto destacado em tribuna pelo deputado Carlos Hoegen (DEM) na sessão plenária do dia 24. A situação resultou especialmente da restauração feita pela empresa de hidrômetros defeituosos, que geravam evasão de receita. Recentemente, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) reprovou 32,6% dos hidrômetros instala-



Hoegen: restauração de hidrômetro

dos em Santa Catarina.

O deputado José Natal Pereira (PSDB), em aparte, afirmou sentir-se orgulhoso "em ter uma companhia nossa sendo reconhecida nacionalmente".

O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) completou dizendo que "muitos, que antes procuraram a municipalização dos serviços de água e esgoto, hoje percebem que não valeu a pena, pois suas populações estão perdendo com a opção feita".



Deputados Peninha e Jailson retornam de visita oficial à China

PLENÁRIO

PSDB tem novo deputado

A posse do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB), na sessão plenária do dia 24, foi prestigiada por diversas autoridades estaduais, entre elas o vice-governador Leonel Pavan (PSDB) e o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer (PSDB), além de desembargadores, juizes, advogados, empresários, amigos e familiares.

Nascido em Blumenau, no Vale do Itajaí, Giancarlo Tomelin, 35 anos, é advogado. Vindo de uma família de políticos, assume o Parlamento pela primeira vez, como suplente, na vaga deixada pelo 1º vice-presidente da Casa, deputado Clésio Salvaro (PSDB), que se afas-



Tomelin: na vaga de Salvaro

tou do cargo por 60 dias por conta das eleições municipais.

No período em que ocupará uma cadeira na Assembléia

Legislativa, o novo deputado, que recebeu cumprimentos dos demais parlamentares, declarou que pautará seu mandato na ética, no trabalho e na justiça. Disse que é preciso uma nova forma de fazer política para que a população não perca o interesse por aqueles que foram eleitos pelo voto direto. "Que os políticos sirvam à política e não se sirvam da política", destacou.

Tomelin acrescentou que conhece as peculiaridades de todas as regiões de Santa Catarina e que suas bandeiras no Parlamento serão: empreendedorismo, educação, saúde e segurança.

APROVADOS

Medicamentos com o nome em braile

De autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), foi aprovado dia 23, o projeto de Lei n.º 554/07, que determina que as caixas de medicamentos distribuídas ou comercializadas no estado tenham o nome do produto e dosagem escritos também em linguagem braile. As caixas de medicamentos devem ter o nome do produto e a dosagem do mesmo escritos também em braile. A não-observância desta lei implicará em multa no valor de

500 a 1.000 UFIRs, dobrando na reincidência.

Odete afirmou que o projeto visa proteger as pessoas portadoras de deficiências visuais severas ou profundas. "Ao possibilitarmos a leitura da dosagem dos remédios utilizados, estamos contribuindo para a maior segurança dos deficientes visuais dando-lhes a plenitude do seu exercício de cidadania, garantindo assim a dignidade humana", falou.

Segundo pesquisa apre-

sentada pela parlamentar, atualmente é ínfimo o número de laboratórios que tomam a providência de trazer em suas embalagens de medicamentos o nome e a dosagem do remédio escrito em braile.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) defendeu que o projeto é mais um reforço às pessoas que possuem essa deficiência. "O projeto vai ajudar aqueles que sofrem de um mal que está assolando cada vez mais pessoas na nossa sociedade".

Código de Taxas de Serviços

Os parlamentares aprovaram também, no dia 23, o Projeto de Lei n.º 113/08, que revoga a Lei 14.385, de 18 de março de 2008. A lei instituiu o novo Código de Taxas de Serviços da Secretaria de Segurança Pública do Estado. O objetivo é corrigir equívoco oriundo de sua publicação.

O deputado Gelson Merísio,

líder do Democratas e autor da proposta, salientou que o projeto de lei que deu origem à lei foi apresentado antes da proposição que originou a Código de Taxas Estadual. "Precisamos destacar que, durante a tramitação das proposições, não foi atentada para a semelhança do teor de ambas, o que acabou por ocasionar o equívoco que

ora suscitamos", disse.

Conforme Merísio, visando preservar a essência da lei revogada e, conseqüentemente, respeitar a vontade de seu legislador, será mantida a redação dada à Tabela III da Lei n.º 7.541, de 30 de dezembro de 1988, adequando-a ao disposto no novo Código de Taxas Estadual.

Empréstimo para administração de receitas

De autoria do Executivo foi aprovado ainda o Projeto de Lei n.º 76/08, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para atender o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (PMAE)

Conforme o projeto, o Poder Executivo fica autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao BNDES, na

qualidade de agente financeiro nacional, no valor de R\$ 15 milhões para implementação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual

Os encargos financeiros, o prazo de amortização do empréstimo e o período de carência serão estabelecidos no contrato firmado entre o Estado e o BNDES. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamen-

to serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

O projeto ainda permite que o chefe do Poder Executivo promova a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (PMAE).

[GABINETES]

AÇÃO PARA BARRAR PINUS

Depois de denunciar, em junho, o plantio indiscriminado de pinus no Meio Oeste de Santa Catarina – que ocupa mais de 50% do território de alguns municípios da região –, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) se disse "estarecido" com o conteúdo de matéria publicada pelo jornal "Notícias do Dia", que destaca a "invasão" do pinus em Florianópolis.

A reportagem destaca alerta do biólogo da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), Francisco Antônio da Silva Filho. Na avaliação de Silva, "a situação está fora de controle". "É estarecedor e preocupante ver que até aqui essa praga atinge a Mata Atlântica", disse o parlamentar. Para ele, o debate em torno do Código Ambiental de Santa Catarina precisa levar em conta ações imediatas que barrem o plantio indiscriminado do pinus no Estado. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro)

UNIDADE DA RECEITA FEDERAL

A deputada Odete de Jesus (PRB) protocolou moção, na Assembléia Legislativa, solicitando que a Casa envie ao Ministro da Fazenda, com cópias ao secretário da Receita Federal e coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, proposição com o objetivo de que seja implantada uma unidade da Delegacia da Receita Federal em Criciúma.

Segundo a deputada, a instalação abrangerá, além do próprio município, as localidades de Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. "A região constitui-se num importante pólo industrial e representa demandas fiscais e arrecadatórias, o que justifica o pleito", argumenta a parlamentar. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

CELESC RECEBE PRÊMIO

A premiação da Celesc como Melhor Distribuidora do País na Avaliação do Cliente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica foi destacado em pronunciamento, no dia 23, do deputado Valdir Cobalchini (PMDB). O prêmio foi entregue na sede da ABRADÉE, no Rio de Janeiro. Segundo o parlamentar, foram avaliadas 45 distribuidoras de energia de todo o país, através de mais de 24 mil entrevistas em 827 municípios brasileiros, que analisavam itens como a clareza de informações na conta de luz, o fornecimento de energia e o atendimento ao consumidor.

O deputado destacou também a competitividade da empresa, que obteve um faturamento histórico de 2,9 bilhões de dólares e lucro de 164 milhões de dólares, colocando a Celesc entre as dez maiores estatais por venda, de acordo com a Revista Exame. Para concluir, lembrou que desde 2004 a Celesc aparece entre as cinco distribuidoras de energia com os melhores resultados na pesquisa da ABRADÉE. (Patrícia Jacomel, assessora do deputado Valdir Cobalchini)

MORADIAS RURAIS NO OESTE

O deputado Dirceu Dresch (PT) esteve dia 24, em Iporã do Oeste e Xavantina, e participa neste dia 25, em São Domingos e Pinhalzinho, da assinatura de contratos de construção e reforma de moradias rurais encaminhados pela Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) ao governo federal, através da Caixa Econômica Federal. Ao todo serão assinados 192 contratos.

Os recursos são provenientes do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). O agricultor recebe um subsídio do governo federal no valor R\$ 6 mil reais, a fundo perdido, e entra com uma contrapartida de R\$ 2 mil. Os contratos fazem parte de um total de 1.350 projetos que a Cooperhaf encaminhou no final de 2007 à Caixa Econômica e que começaram a ser liberados. A entidade já conseguiu também a liberação de 700 moradias rurais pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que já estão em construção. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

COMUNIDADE

Fotos divulgação Instituto Lagoa Social



Judô tem a participação de 120 crianças, que aprendem lições de respeito, humildade, vitalidade e empenho; no futebol, 560 jovens estão envolvidos anualmente no projeto Driblando a Vida

Crianças trocam as ruas pelo esporte

Instituto Lagoa Social muda a vida de jovens carentes em bairros da Capital com projetos inclusivos



Um só nada faz, o conjunto é que opera

A chance de uma nova realidade

As "rixas" que muitas vezes existem entre algumas comunidades dão lugar à integração proporcionada pelo esporte, afirmam os coordenadores dos projetos. O esporte surge também como um "grito de socorro" em busca de uma nova vida.

É o caso de uma das crianças do projeto de futebol, de apenas nove anos, que vive numa casa onde todos os familiares, com exceção dele, são viciados em crack. "Essa criança pede socorro e vê nessa oportunidade a chance de uma vida completamente diferente, a possibilidade de no futuro se tornar um profissional", disse um dos coordenadores do projeto, Vitor Tavares.

Rose Mary Paz Padilha

Crianças e adolescentes carentes da Capital estão ocupando o tempo ocioso com atividades físicas e culturais, aprendendo noções de respeito, responsabilidade e cidadania. O trabalho, com foco na inclusão social, é realizado desde 2002 pelo Instituto Lagoa Social, em Florianópolis, uma organização social sem fins lucrativos, geradora de projetos e ações sociais.

No começo das atividades, era apenas o "Projeto Lagoa Social", iniciativa do tenista Edmilson Carlos Pereira Junior, que descontente em perceber que o tênis de campo era um esporte de elite, decidiu que bola e raquete poderiam ser estendidas aos carentes. Começava assim o trabalho com 100 crianças e adolescentes, que, semanalmente, tinham aulas de tênis na Lagoa da Conceição. Hoje, depois de seis anos, além do tênis que

beneficia 512 crianças por ano são desenvolvidos projetos nos bairros Santa Mônica, Tapera, Rio Tavares e Associação Comunitária Jardim Anchieta, que integra moradores de morros da capital.

O judô, ensinado a 120 crianças anualmente, permite o aprimoramento técnico, físico e emocional, visando a participação em campeonatos e principalmente o desenvolvimento de valores como respeito, humildade, vitalidade e empenho. No futebol, que exerce fascínio sobre as crianças, o projeto Driblando a Vida oferece a chance de uma carreira profissional aos atletas que se destacarem entre os 560 jovens atendidos a cada ano. Crianças e adolescentes têm a chance de aprimorar seu talento e abrir novas perspectivas de vida. Um dos coordenadores, Vitor Tavares, informou que um representante do Santos vai fazer uma "peneira" entre os pequenos jogadores de

futebol na tentativa de descobrir novos talentos que poderão tornar-se profissionais. O projeto Pipoca levou, só no ano passado, 1.000 crianças de baixa renda ao cinema, dando-lhes a oportunidade de usufruir um tipo de cultura e lazer que para muitas delas até então era inacessível. Outros projetos são de ajuda a comunidades indígenas, campanhas do agasalho e entrega de alimentos.

O diretor executivo do instituto, Ulisses Souza, que começou no projeto como voluntário, destaca a importância das parcerias para o sucesso do trabalho. Segundo ele, o lema do instituto "um só nada faz, o conjunto é que opera" reflete o espírito de cooperação que impera em todas as atividades desenvolvidas. "As contribuições de pessoas físicas e jurídicas sustentam o instituto, junto com as parcerias de empresários e patrocinadores dos projetos", destacou.

Como contribuir

Para quem se identifica com o trabalho do Instituto Lagoa Social foi criado o Cartão Fidelidade. Quem contribui mensalmente (a quantia mínima é de R\$ 10,00) ganha descontos especiais nas várias empresas parceiras que também apóiam os projetos, além de ingressos para shows, teatros e eventos. Dependendo do valor da compra, o desconto pode ser maior do que a contribuição.

Linha direta

Através do site www.lagoasocial.org.br é possível conhecer um pouco mais sobre como funciona o instituto e também apresentar sugestões, reclamações e pedidos sobre o que precisa ser feito nas comunidades e como o Lagoa Social pode transformar pedidos em ações. Contatos também podem ser feitos pelo telefone (48) 3028-3859.

Transparência

Para demonstrar a seriedade do trabalho, toda a movimentação financeira do instituto está à disposição de quem quiser tomar conhecimento. Nos balanços mensal e anual disponibilizados no site é possível verificar tudo o que foi arrecadado e onde os recursos foram aplicados.



Projeto começou com o tênis com objetivo de descaracterizar o esporte como de elite e hoje atende 512 crianças